

A MULHER E A EDUCAÇÃO FEMININA EM SÃO LUÍS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.



Ms. Tatiane da Silva Sales
Professora do Programa Darcy Ribeiro (UEMA)
tatianeieq@hotmail.com

Resumo: Este trabalho pretende analisar as oportunidades de educação disponíveis às mulheres durante a Primeira República no Brasil. Identifica, primeiramente, imagens, discursos e representações sobre as mulheres que sedimentaram processos de restrição a determinados papéis femininos herdados da tradição Imperial. Posteriormente, delinea possibilidades para a emancipação feminina a partir do sistema educacional e do projeto de transformação social do período republicano.

Palavras-chave: Instrução. Educação. Mulheres. São Luís.

Abstract: This study aims to analyze the educational opportunities available for women during the First Republic in Brazil. Firstly, it identifies, images, discourses and representations about women that sedimented processes of restriction to certain female roles inherited from the Imperial tradition. Subsequently, it outlines possibilities for women emancipation from the educational system and social transformation project of the Republican Period.

Keywords: Instruction. Education. Woman. São Luís.

Introdução

Cabia à escola preparar o cidadão para o bom desempenho de sua função social, fazendo dele um indivíduo harmonicamente adaptado á ordem vigente (SALDANHA, 2008, p. 107).

Mulheres e homens, historicamente, possuíram oportunidades, contextos e processos formativos diferenciados no seio social. Contextualizar historicamente as relações de força e de dominação masculina proporciona o entendimento das relações de gênero entre os papéis do homem e da mulher. Durante a Primeira República encontramos um sistema educacional que continuava a privilegiar a ação, a preparação e a formação do homem e da mulher para papéis legitimamente condicionados durante o Império. Contudo, esse mesmo sistema educacional esboçava algumas oportunidades ainda não possibilitadas em períodos anteriores da história maranhense.

Para analisarmos o processo educacional na Primeira República, em São Luís do Maranhão, é importante perceber a sociedade maranhense e brasileira da época e a condição da mulher na mesma. Para tanto, é essencial a compreensão da mulher no contexto republicano, selecionando mulheres de camadas sociais médias e altas, pois a maioria dos discursos sobre a mulher nessa época, seu papel, missão e imaginário enfoca basicamente essas classes.

São Luís na Primeira República

Com o advento da República, é possível identificar algumas características daquilo que era considerado essencial para uma mulher em seus atributos e funções, num contexto que, gradativamente, ganhava novos contornos. Se no final do século XIX ocorreu a efetivação da sociedade que se pretendia moderna, pode-se refletir sobre as possíveis implicações do moderno para as mulheres desse contexto, analisando, por exemplo, como a mudança de determinadas bases da sociedade como famílias e instituições, mudou a noção sobre o feminino? Mudou a mulher?

Como forma de percebermos um pouco as mudanças, analisamos a seguir duas ilustrações publicadas em 1925 pelo jornal *O Dia*, almejando comparar os tipos de namoro e destacando a mulher como peça fundamental para a mudança de concepção entre o namoro de ‘ontem’ e o de ‘hoje’.

ILUSTRAÇÕES**O Namoro de Ontem /O Namoro de Hoje.**

Fonte: O Dia¹

Estas imagens reforçam o ideal de diferenciação entre dois momentos históricos (Império e Primeira República). A primeira representa a preservação do recato entre homem e mulher, onde se destaca a vergonha e a inocência na qual ele, “com uma pose acanhada declarou-lhe sua paixão”, e ela envergonhada, zangada de “leque a frente do rosto” exclama: “Seu moço não tome gosto”. A segunda representa uma relação de contato físico, sem a barreira do leque ou o jeito “todo sisudo”, mas apenas a sensualidade. Duas mulheres que sobreviviam no imaginário de então, onde se buscava um modelo ideal, equilibrado, entre a modernidade e a tradição.

Elizabeth Abrantes, em seu trabalho *A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX*, se propôs a analisar a educação feminina na segunda metade do século XIX, ressaltando os principais traços de uma mulher considerada ideal para aquele momento. No trecho é possível identificar que, para o sexo feminino, pregavam-se valores universais que continuaram a ser buscados, ensinados e propagados no século seguinte. A

¹ BPBL. Minha avô contou-me sempre/As prosas do meu avô/Até de forma piegas/Com que elle a conquistou.../Um dia, todo sisudo/Co uma flor presa entre os dedos/Declarou lhe sua paixão,/Como quem conta segredos,/Com uma ‘pose’ acanhada.../E ella, toda zangada/De leque a frente do rosto/Altiva grita lhe logo:/Seu moço não tome gosto! In: O Namoro de Ontem. *O Dia*, de 05 de fevereiro de 1925, Nº 31, ANO II. O Namoro de Hoje. *O Dia*, de 08 de fevereiro de 1925, Nº 32, ANO II.

problemática se dava em relação à aplicabilidade desse perfil feminino em uma nova conjuntura.

Nesse imaginário social, exaltava-se a virgindade, o papel de esposa e mãe exemplares. O casamento era apresentado como o ideal da mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude, o alvo de sua existência. Amparados na idéia da “natureza frágil e débil” da mulher, reforçava-se a tradição de sua vida tutelada pelo homem, seja seu pai, irmão ou marido, que deveria garantir-lhe a proteção, o sustento e também a honra. (ABRANTES, 2002, p. 62).

Destacando as palavras-chave desta citação, traça-se uma visão sobre o feminino construído socialmente em um processo de longa duração que, de certa forma, foi interpretado para cada sexo. No século XIX, o reforço dessas imposições sobre o feminino constituíam-se em tradições daquela sociedade, refletidas diretamente sobre questões de virgindade, casamento e maternidade. A família era entendida como natural e, portanto, os casamentos tinham como maior finalidade procriar e educar sua prole. A organicidade e unidade da família estavam sob égide do *pater*, considerado o cabeça do casal.

Já no século XX, alguns elementos foram considerados cruciais na formação da nova conjuntura republicana, pois colaboraram na formação do quadro do que é chamado de modernidade. Dentre esses indicadores, analisaremos aqueles que de forma mais objetiva estiveram relacionados à questão feminina neste contexto, tais como: processo de urbanização, República e Positivismo, cidadania e família.

Um dos principais motivos de caracterização de mudanças se deu com a urbanização. Esta, por sua vez, implicou em diversas questões relacionadas às mulheres. De acordo com Jurandir Freire, a mulher foi impulsionada de diversas maneiras pela urbanização, a favor de ações cada vez mais públicas, dentre elas destacam-se aspectos de capacitação intelectual e profissional.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à ‘mulher de alcova’ (COSTA, 2004, p. 255).

É, antes de tudo, necessário analisarmos com cautela as proposições apontadas ao definir ‘retirar’ e ‘liberar’, pois os mesmos intelectuais que apoiavam a necessidade de maior interesse público acerca das mulheres, afirmavam a importância de manutenção de controle sobre as mesmas, não devendo ultrapassar as fronteiras da mulher-esposa-mãe.

O espaço urbano representou a abertura de novas possibilidades de intelectualização feminina com maiores possibilidades na instrução formal, pública ou privada. O contato maior com o mundo para além do doméstico motivou, inclusive, um aumento de mulheres alfabetizadas, pela constante necessidade que a cidade exigia, ‘gerando’ mulheres mais cultas, com possibilidades de visibilidade pública, pois eram mulheres leitoras.

A urbanização do final do século XIX aumentou drasticamente as oportunidades de investimento, emprego, mobilidade social e mobilização política – oportunidades que, por sua vez, fomentaram transformações na consciência e gradativamente afrouxaram as relações sociais patriarcais tradicionais. (BESSE, 1999, p. 18)

O conjunto de formas ‘socializantes’ aponta para a nova composição que ganhava importância no contexto republicano. No caso do Maranhão, a urbanização, em especial da capital São Luís, se ordenou como reflexo de profundas crises econômicas vivenciadas no meio rural, com o plantio da rizicultura, babaçu, açúcar, fato este que promoveu um abandono significativo dos espaços de agricultura, sobretudo na região da baixada maranhense. Com a mudança de foco na economia, e aproveitando espaços de comércio disponibilizados com a Primeira Guerra Mundial, a cidade de São Luís ganha mais dinâmica, com mais moradores permanentes e tem sua economia aquecida. É como aponta Maria de Lourdes Lacroix: “Outros tantos “barões” venderam suas propriedades por valores inferiores ao que valiam, contribuindo, em pequena proporção, para o estabelecimento do parque fabril de São Luís, especialmente em fábricas têxteis” (LACROIX, 2004, p.17).

A partir do crescimento urbano impulsionado pelas fábricas, a cidade de São Luís viveu certa mobilidade e dinâmica, não da mesma forma que outras cidades do eixo sul-sudeste, mas com certo grau de intensidade.

Nos jornais, a cidade de São Luís também foi constante alvo de análises, principalmente no que diz respeito ao seu espaço físico. “Só a nossa pobre S. Luiz se conserva no mesmo estado em que estivera há trinta annos atrás: sempre esse mesmo aspecto sombrio, sempre essa mesma construção sem arte, sempre estas mesmas ruas tortuosas, estreitas e mal calçadas” (A CAMPANHA, 13 de abril de 1903, n. 71).

A urbanização em São Luís se deu de uma forma não organizada. Estruturalmente, ainda eram inúmeras as reclamações em relação à cidade. Contava-se com serviço de iluminação pública, bondinhos e construção de novas e mais amplas avenidas, no entanto, alguns jornais destacavam que a oferta desses serviços era muito precária e atendia pequena parcela da população. “É por demais doloroso registrarmos em nossas columnas factos que deveríamos elogial-os em vista da grande utilidade que teriam, se não fossem a espertesa e

tratantada que os envolvem. A luz, por exemplo, um elemento de tanta necessidade.” (GAZETA DO POVO, 01 de maio de 1913, nº 5).

Ligada à concepção de mudança na mentalidade da população e do sistema social vigente ocorreram influências que se direcionaram diretamente sobre a condição da mulher nessa sociedade em transformação. A urbanização era cada vez mais frequente no Brasil, as cidades estavam crescendo sobremaneira e, juntamente com elas, as oportunidades de trabalho, o nascimento de várias fábricas (não representando trabalho garantido a todos os cidadãos) aqueceu o crescimento urbano. Outro fator de contribuição veio da própria economia cafeeira, há muito estabelecida no País, pois seu processo de escoamento pelos portos de algumas cidades estimulou o crescimento destas, ampliando as necessidades de consumo desses núcleos e requerendo novos cidadãos do meio urbano (ARIAS, 2003).

Assim, é possível identificar que a urbanização exerceu influência no que se refere à situação da mulher, como uma maior frequência nos espaços fora do lar, enfatizando mulheres de classe média e elite mais expostas na sociedade. Entretanto, não podemos definir o poder dessa influência e nem classificá-la como positiva ou negativa, pois alterações foram registradas e é nelas que vamos nos concentrar, com destaque para a realidade do Maranhão.

Historicamente, a República e o Positivismo têm se inspirado nas mulheres para caracterização de seus símbolos com expressões fortes do maternal, da segurança, solidez e proteção. A figura de Marianne demonstrava nos diversos símbolos pátrios, quadros e bustos o quanto era importante o controle sobre as mulheres. A elas caberiam alguns poderes, dentre eles o principal concentrava-se na ordem social via educação adequada, higiene e controle emocional.

Na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade. [...] O símbolo perfeito seria a virgem-mãe, por sugerir uma humanidade capaz de se reproduzir sem a interferência externa (CARVALHO, 1998, p. 81).

Dentre os traços do Positivismo aproximados com a figura feminina estava a concepção de humanidade, tendo em vista que o ato de dar a luz é exclusivamente feminino e que o contato das crianças se davam prioritariamente pelas mães. Daí os valores de humanidade, pátria e família terem sido tão fortemente reforçados nos primeiros anos republicanos, mas não cabia a qualquer mulher o desempenho dessa simbologia, não estando incluídas negras, índias, pobres, prostitutas, feministas.

A utilização dessa imagética feminina na formulação do que seria a República também encontrou uma série de contrapontos, em que a associação da mulher com setores não valorizados da sociedade gerou uma espécie de crítica ao regime. Carvalho afirma que, ao contrário dos símbolos de castidade e pureza, foi muito abordada uma crítica de mulher da vida, prostituta ou mesmo uma mulher com seios tão grandes que representava uma vaca, alimentando republicanos com seu leite.

No geral, as mulheres atendiam aos interesses republicanos e positivistas, sendo consideradas importantes para a manutenção do lar, da ordem e da educação, ao mesmo tempo em que se tornavam distante dessa ‘nova ordem’ quando lhes era negada qualquer outra forma de participação na política e quando eram limitadas a determinadas formas de acesso ao saber.

Salientava a sensualidade, a beleza, a fragilidade da mulher. Era a mulher da sociedade urbana carioca, se não parisiense, tornada objeto de consumo. [...]. A mulher que os melhores pintores da época representavam não tinha lugar no mundo da política, não tinha lugar fora de casa, a não ser nos salões e nos teatros elegantes, ou nas butiques da rua do Ouvidor (Id Ibid, p. 95).

A cidade com seu fascínio urbano foi caracterizada como um espaço em que o consumo definiria as relações sociais, e a figura feminina, de certa forma, foi revista para melhor enquadramento nesse espaço. Sendo assim, acabava por tornar-se também objeto de consumo, idealizada não apenas para o lar, mas também para espaços públicos diversos, desde que adequados e vigiados como, por exemplo, salões, teatros, butiques, menos na política. Havia um discurso de ampliação da cidadania, uma vez que a Primeira República tornou-se base para estimular a formação da nacionalidade, onde havia uma percepção de que a cidadania plena estava longe de ser alcançada, porém, era uma condição para a caracterização deste Estado como republicano.

Afora um novo padrão de vida que tentava se disseminar por entre a elite brasileira, a política e a economia passavam por um período de transição, mesmo porque a urbanização se deu de forma híbrida ao redor do Brasil, negros libertos (e a contradição do sistema que manteve muitos em condições semelhantes ao período pré-abolição), criação de fábricas têxteis, dentre vários outros aspectos que marcaram esse período. No Maranhão, a economia foi caracterizada pelo crescimento do cenário urbano, com a aceleração e investimento no setor têxtil, mas também vivenciava um momento de crise econômica em virtude da abolição, pois “a extinção definitiva do trabalho escravo ocasionou dificuldades à situação econômica

da Província, fazendo com que muitos engenhos e fazendas de algodão encerrassem suas atividades” (SALDANHA, 2008, p. 31).

A “cidadania” permitida às mulheres não contemplava os mesmos benefícios sociais dos homens e, pelo contrário, ressignificou as tradicionais ações femininas já desenvolvidas na sociedade em fatores que lhes garantiria o privilégio da participação cidadã. Com ações sociais continuadas às dos oitocentos, alguns autores consideram que a mulher sofreu o processo de nova modelagem para as mesmas condições de submissão.

Com o advento da República, o discurso de universalização da prática cidadã se expandiu, ainda mais pela ideia de incorporação do povo à nação, já que se divulgava o nascimento do país naquele contexto. Se para os homens a cidadania estava atrelada à vida política ativa, para as mulheres ainda representava a procriação e a educação dos filhos, bem longe das urnas eleitorais e direitos políticos (ROCHA, 2004).

A família brasileira em fins do século XIX começou a ganhar novas conotações: a noção de higiene, proibição ao incesto e controle sobre casamentos de mulheres muito mais jovens que seus maridos, demonstrando que novos modelos de constituição de casamento e família se formavam. A família nuclear nas cidades perdia a característica de muito numerosa, pois parte dos agregados gradativamente deixavam de compor o cenário econômico do país.

Tais mudanças devem ser levadas em consideração de forma mais cuidadosa, ao saber que nenhuma delas se deu de maneira brusca. A mulher ainda era considerada base principal da família, responsável por sua unidade. Assim, é possível destacar que:

Idéias vindas dos principais centros europeus propunham diversas reformas sociais, entre elas, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a instrução feminina objetivando assim também educar os homens, a importância da maternidade e a crença no poder da educação (ALMEIDA, 2007, p. 10).

A mãe do núcleo familiar moderno teria sob sua responsabilidade atribuições com a nação que hasteava na bandeira o lema ‘*Ordem e Progresso*’, pois a mesma almejava, com certa urgência, a formação de cidadãos (leia-se elite) amplamente capacitados para exercer cargos de dirigentes políticos. É por preocupações idênticas que os casais passaram a ter uma preocupação maior com os filhos, com a interferência constante de médicos e uma ordem social que delimitou as formas corretas de cuidar para que a criança tivesse uma infância sadia.

Algumas atenções também foram voltadas para as famílias mais pobres e sem instrução/educação suficientes para desenvolver uma criação adequada. No caso das famílias pobres ou menos afortunadas, os idealizadores do regime republicano solicitavam a

capacitação para se tornarem trabalhadores decentes, com preceitos morais e higiênicos, afugentando a tão miserável figura do pobre-livre-vagabundo que, por vezes, atormentou as elites agrárias e administrativas do Brasil.

O casamento teria outras bases: meninas muito mais jovens deixaram de casar com homens muito mais velhos, pois isso refletiria sobre a prole, considerada o futuro da nação. A sociedade precisaria de pessoas que fizessem *jus* à situação social vigente onde cada estrato social exerceria suas funções adequadamente e, por sua vez, levariam o país à condição de nação moderna.

Educação Feminina e Sociedade

A educação feminina ainda teria que promover os objetivos semelhantes aos do passado. A diferença é que estava estruturada com novos discursos em novas bases. Desta forma, ao retratar o processo educacional para as mulheres, em fins do século XIX, a autora Constância Duarte aponta para o fato que esta sociedade encontrava-se no limiar de uma política educacional abrangente, destacando, sobretudo, as mulheres.

Aos poucos criava-se quase um consenso (perceptível nas opiniões veiculadas nos jornais) em torno da idéia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação feminina e se não habilitar a mulher para participar, junto com o homem, dos progressos da técnica e das ciências (DUARTE, 2008, p. 108).

O discurso se enquadrava nos moldes de uma vida burguesa, baseada em novos padrões de vida e no modo de pensar. Tais alterações se faziam não apenas no plano da política, mas também no cotidiano da população, envolvendo mudança de hábitos, estruturação física das cidades, em especial, o Rio de Janeiro, maior preocupação com questões sanitárias, educacionais, etc.

Os primeiros vinte anos de República foram marcados pelo entusiasmo pela educação, em que as elites acreditavam que o sistema educacional poderia propor mudanças mais significativas no quadro social. Duas expressões se acentuaram bastante nesse começo de século XX: *entusiasmo na educação* e *otimismo pedagógico*, significando a ofegante expectativa que se tinha de um processo educacional capaz de levar o Brasil à condição de nação civilizada, aos moldes europeus, em especial, a França.

Todo esse entusiasmo pode ser caracterizado pela distinção que o próprio sistema de ensino operacionalizava, dividindo elite e povo em categorias ligadas à instrução que era destinada, mais completa ou mais elementar. O objetivo não era estabelecer uma paridade por

meio da educação, mas deliberar elementos de diferenciação. Aos mais abastados, o ensino superior que começava a se organizar; aos mais pobres, uma educação de ler e escrever atenderia aos ideais propostos.

Despontaram, dessa forma, diversas modificações referentes à instrução e ao regime escolar, e leis educacionais foram implementadas para modernizar a educação e atender aos interesses da nação. Assim, ampliações para a instrução foram um meio de estabelecer mudanças.

Com as exigências da nação mais moderna, os pobres deveriam ser ensinados também a serem bons cidadãos contribuindo para o crescimento “sadio” da mesma, exercendo suas funções sociais. Alguns estados receberam escolas profissionalizantes de trabalhos manuais direcionados aos meninos menos afortunados.

Neste sentido, os efeitos do entusiasmo da educação e otimismo pedagógico estavam limitados pela conservação dos padrões tradicionais de ensino e cultura da escola secundária, bem como pela posição desta última no sistema escolar em vigor; era através desta instituição que se mantinha a separação entre ‘elite’ e ‘povo’ (NAGLE, 2001, p. 155).

A educação oferecida nesse período estava servindo de instrumento para manutenção dos papéis e seu reforço de forma mais acentuada, estabelecidos por classes ou gênero. Que critérios essa sociedade exigiria da mulher, esposa e mãe considerada apta às exigências da sociedade republicana? Ainda que o reforço dos mesmos objetivos definidos no Império, a mulher republicana ganhou algum reforço no que tange a sua imagem, uma roupagem nova para discursos antigos embalaram algumas concepções acerca de ser mulher e exercer um papel na sociedade.

A ‘nova mãe’ passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira. [...] o discurso médico concede-lhe uma autoridade na esfera doméstica (RAGO, 1997, p. 80).

A divisão de papéis entre os sexos era considerada importante, uma vez que a dupla função exercida pela mulher fornecia as bases para a sociedade brasileira onde cabia ao feminino o cuidado com o lar, desde o seu aspecto espiritual, moral, até sua condição higiênica, em relação à moradia, alimentação, roupas. A estruturação do lar e criação dos

filhos² eram atributos femininos considerados como uma missão. Nessa *nobre* missão incluía a implantação da fé, do amor e da religião cristã. Assim, era nutrida a concepção de que a mulher tinha um importante papel a desempenhar na sociedade, e esse se daria por meio de sua casa e sua influência com a educação de seus filhos.

Vale ressaltar como, na sociedade do início do século XX, existiam constantes formas de reforço de uma imagem sobre as mulheres. A maioria dessas imagens estava inserida num plano da visão que contribuía para mantê-las sob o julgo da castidade, honestidade, bondade, candura, inocência. E, a partir dessas imagens, os apelos para ações de caridade às mulheres da elite maranhense também se faziam de forma numerosa.

A beleza feminina era também alvo de diversos escritos poéticos ou descritivos, mas as características do belo estavam associadas aos valores requisitados para uma vida pública em sociedade. Dessa forma, eram bem definidas as características femininas e masculinas para o interesse social no contexto da Primeira República. No jornal *O Martello*, de 01 de agosto de 1914, é possível exemplificarmos um pouco dos principais ideais divulgados nos periódicos de São Luís:

Acerca mulher e seus requisitos aponta:
Estro que o homem traz a realidade,
Tão puro qual as pétalas de uma flor...
Feita de beleza, de harmonia e amor,
Vinda dos cosmos p'ra realidade...
Trazes para o infeliz, felicidade,
E alentas o bohemio luctador;
Dando-lhe calma, e tornando-o sonhador,
Para lutar contra adversidade!
Tenra qual o cântico de uma ave ao voar,
Sublime como a creança a sonhar;
E és da humanidade um supremo mister.
E para se fallar sempre a verdade,
Diga-se que toda humanidade,
Depende só de um ponto, que é - a mulher.³

É possível identificar no trecho acima, requisitos e associações das mulheres com beleza, harmonia, amor, felicidade e outras características que propagam uma ação feminina de auxiliar o homem na sua realidade, transformando-o em sonhador e sendo um alento em

² As crianças eram consideradas o futuro da nação, vários discursos eram construídos em torno dessa noção, muitas delas para reforçar a instrução oferecida. As diferenciações de classe ficavam explícitas nas propostas diferenciadas: se pertencente às classes menos favorecidas a criança deve oferecer sua mão de obra para o desenvolvimento do país, se da elite, a criança estaria destinada a uma instrução mais completa, pois a liderança política, administrativa e econômica lhes seria reservadas.

³ O artigo de José Mindello intitulava-se “A Mulher”.

meio à dura realidade e às adversidades da vida. Bem diferente se faz uma propagação da imagem masculina, divulgada no mesmo jornal *O Martello*, de 01 de julho de 1913:

Se quiseres ser bom, ser feliz, ser ditoso,
Se quiseres na vida essa fama gosar:
Homem! – Finge-te ser, sendo sempre orgulhoso,
sem ligar neste mundo e sem nisto ligar [...]
Não tenhas para alguém, a mínima piedade,
Deixa que viva assim no extertor da ansiedade:
- Sem lágrimas de dor, enfim, sem compaixão...⁴

No caso do homem, as recomendações para uma vida pública de respeito eram de manter o orgulho, não ter piedade, não exprimir compaixão, isto é, desenvolver características de insensibilidade para alcançar a “bondade” e felicidade citada no início da abordagem aos homens.

Constantes também eram os escritos sobre a maternidade, em que o papel social da mãe era exaltado e esta era divulgada como uma válvula de escape em meio ao mundo imerso na tribulação e conflitos. Alguns poemas publicados nos jornais de São Luís exemplificam essa questão, inclusive, com as tradicionais comparações com a mãe bíblica de Jesus: “Tu, para mim, ó doce olhar materno, És qual olhar da mãe do Omnipotente, Que me guia nos transes deste inferno!” (REVISTA MARANHENSE, de 12 de março de 1916, n. 1).

Assim, no sentido de promover caracterizações a homens e mulheres, os meios de comunicação foram os principais veículos, confirmando modelos masculinos e femininos, muito embora esses perfis nem sempre pudessem ser corporificados na sociedade.

A sociedade brasileira desse período pautava-se na concepção de que à mulher cabia o cumprimento dos papéis de esposa, mãe e filha, e que devia destinar-se ao espaço do lar, tendo como principal local de sociabilidade a igreja, permanência pensamento do século XIX, difundindo alguns ideais e valores para a educação das mulheres.

Disciplina de comportamentos, controle das emoções, ética e moral, capacidade de diferenciar o bem do mal. Enfim, que concorresse para o bem estar familiar e social, afastando os males sociais como a falta de instrução e projetando a sociedade que se queria (ALVES, 2006, p. 180).

O projeto de transformação social do período republicano deveria contar com a participação das mulheres, pois estas eram as primeiras educadoras de seus filhos e primavam não apenas pelo cognitivo, mas também pelo moral e valores sociais aceitos e estabelecidos. O Positivismo analisava a educação com base nas diferenças sociais. Algumas dessas

⁴ O artigo de Cláudio Nogueira intitulava-se “Homem”.

diferenciações notadas na instrução positivista são descritas abaixo, por meio das inteligências masculina e feminina:

Homem e mulher são concebidos como seres, não apenas biologicamente, mas também mental e socialmente complementares. A uma superioridade afetiva da mulher corresponde uma superioridade de caráter do homem; à inteligência analítica do homem corresponde a inteligência sintética da mulher (SAFFIOTI, p. 180).

A educação era vista como um pré-requisito para o bem estar nacional, uma vez que a partir dela surgiria o desejado progresso econômico e social, de grande relevância no discurso republicano (CARVALHO, 1998). A mulher ganhou notoriedade em meio à sociedade, pois recaiu sobre ela a responsabilidade de manter a família, operacionalizando uma boa educação aos seus filhos (BESSE, 1999, p. 123). Apesar de respaldados pelo ideal republicano, os objetivos da estrutura educacional permaneceram praticamente inalterados, ou seja, tinham a proposta de preparar a mulher para exercício da sua missão maior: a de ser mãe, esposa e dona de casa. Vale também ressaltar que a partir da segunda metade do século XIX houve um interessante processo de entrada feminina no magistério, impulsionando as mulheres enquanto profissionais.

A educação feminina foi entendida com cautela pelos contemporâneos e, algumas vezes, divulgavam que a mulher adquiriria um aspecto ‘masculinizante’ por meio do estudo excessivo e perderia a sua ‘essência’ e função, pois, por intermédio da instrução, poderia ocupar cargos dantes preenchidos apenas por homens.

A própria discussão do direito ao voto feminino (que já era possível perceber desde o século XIX), mostrava o leque de possibilidades que a instrução poderia abrir às mulheres, e isso era visto como perigoso por parte dos homens, pois representava ameaça ao próprio lar pela possível saída da mulher, e interesse em questões que não privilegiavam o bem estar da família e dos filhos. Esse incômodo era refletido nos jornais.

Alguém dirá, que desse dia em diante se esfalecerá o lar que até então era o paraíso das flores; pois a mulher poderá discernir dos ideais do marido, e sairá pelas ruas pedindo votos para o seu partido e contra o partido de seu esposo. Assim o resultado será discussões diárias, e má viver entre os dois, porque não se entenderão. Não duvido que isso aconteça (REVISTA MARANHENSE, de 23 de novembro de 1916).

Por mais que se pensasse a educação com nível escolar formal mais elevado como algo que promovesse a destruição da figura feminina, família e, conseqüentemente, da sociedade, a educação voltada para as mulheres era estimulada e funcionava como mecanismo reforçador dos tradicionais papéis femininos, como uma concepção fruto do século XIX e

estendida à mentalidade dos primeiros anos do século seguinte. E, dessa forma, a educação servia de articulação para que a mulher soubesse seu papel na estruturação da família e na sociedade.

É a partir de análises como esta de gênero e educação no Maranhão republicano, que se pode estabelecer uma ligação com os movimentos historiográficos surgidos ao longo do século XX e que contribuíram para a produção de uma história que se firmasse em análises para além da reprodução de fatos e do estabelecimento de uma visão homogênea sobre o Brasil, sobre as classes sociais, sobre os sexos, dentre outros. Emerge assim, a importância da discussão levantada pelo feminismo ao propor o rompimento com a lógica de um sujeito universal (masculino) visto enquanto apto às interpretações históricas.

É então que as novas reflexões sobre os entrelaces entre gênero e história puderam contribuir para o aparecimento de interessantes matizes, dentre elas a probabilidade de perceber o período inicial da república brasileira como um momento não apenas estabelecido pela política, mas que representou também modificações sociais para as mulheres em diversas áreas.

No entremeio dessas áreas de mudanças para as mulheres, destacou-se a educação, alvo de modificações significativas, em especial para o sexo feminino, que inclusive conquistaram maior acessibilidade em espaços públicos e instituições escolares. Novas percepções acerca das relações entre homens e mulheres no meio social desenvolveram-se e foram possibilitadas para este contexto.

No século XIX no Brasil, divulgou-se a imagem da mulher como rainha do lar. O novo século, por sua vez, lançou algumas exigências sobre as mulheres, como a sabedoria para atrair o marido, educar melhor os filhos, sendo uma esposa amável e, sobretudo, silenciosa. Essas imagens e ideais foram importantes na formação das perspectivas sobre as mulheres no início do século XX.

A educação era a grande reforçadora desses ideais, contribuindo para que a mulher soubesse seu papel na estruturação da família. A educação formal, até então menos exigente intelectualmente para a mulher, teve seus campos de estudo alargados. Ao lado da manutenção das disciplinas femininas como as “Ciências Domésticas”, “Prendas Domésticas”, “Corte e Costura” dentre outras, em detrimento da co-educação, pois esta permitia o compartilhamento entre meninos e meninas do mesmo espaço educacional e praticamente das mesmas disciplinas, tais como: Química, Geografia, Aritmética, dentre outras.

A condição social feminina no período republicano se deu em duas concepções aparentemente contraditórias: a continuada e a modificada. Continuada porque o ideal da educação oitocentista permanecia, e as antigas atribuições ainda eram requisitadas e ministradas nas aulas publicas ou particulares; e modificada, porque um conjunto de transformações cooperou para alterar esse contexto.

as imagens das moças independentes que trabalhavam fora e das melindrosas sensuais simbolizavam a mudança nas relações sociais. Fascinante ainda que assustadora, a 'moça moderna' foi, ao mesmo tempo, exibida com orgulho, como demonstração do progresso nacional, e denunciada como ameaça à tradição nacional. (BESSE, 1999, p. 37).

Assim, situações que apresentavam a ambiguidade de relações entre o recato do mundo privado e a diversidade do mundo público cooperaram na formação de figuras das 'moças modernas', como destaca Besse. E por mais permissiva que fossem suas situações de independência, trabalho e educação, acabavam por representar uma ameaça ao consenso social de mulher, podendo atingir negativamente, portanto, a família e outros valores sociais tão importantes para permanências.

Alguns casos relatados nos jornais maranhenses apresentam um pouco dessa situação dúbia da mulher, por exemplo: ao falar sobre honestidade feminina, o jornal Paladium descreve que a virgindade não deveria ser vigiada, e a defloração não deveria ser punida somente até os 18 anos, mas sempre, até o momento do casamento.

O Código Civil considera a castidade como a mais alta virtude feminina. Em torno da castidade, como de um eixo, gira toda a aparente, toda a sofisticada protecção á mulher. [...] até os dezoito annos, a lei protege-lhe a virtude. Daquelle idade em deante, a castidade da mulher, da qual a lei faz depender quase todos os seus direitos não lhe merece senão desdém.

Isso é mais uma demonstração de que a extensão de controle sobre a mulher deveria ampliar-se para uma idade mais avançada, já que a sociedade masculina tinha ainda a necessidade de vigiar, cercar e punir ações consideradas contrárias ao ideal de pureza e castidade feminina.

Conclusão

Fala-se de poderes femininos conquistados de forma lenta e gradual, retratando a importância do espaço público, e situações até então apenas prestadas ao sexo masculino começaram a ser utilizadas por mulheres também. Falamos em poder feminino porque este se

dava de forma adquirida, conquistada sutil ou assumidamente, e pode-se afirmar que a instrução e educação dessas mulheres foram demarcadas pela conquista, não uma concessão, mas a aproximação entre necessidades da vida em sociedade e interesses femininos de tirar proveito dessas situações, ao contrário do que já acontecia com os homens, que tinham seus direitos à cidadania e vida pública, definidos pela legitimidade de sua autoridade plena social.

Desta forma, é interessante notar quão importante foram as “mudanças socioeconômicas, o processo de urbanização e industrialização, com a situação social das mulheres, desencadeando a necessidade de grandes transformações no plano educacional” (AZEVEDO, 2002, p. 299). E, a partir deste quadro geral, pode-se identificar com maior propriedade características da educação no Maranhão e no Brasil, com destaque para a educação feminina.

Referências

Fontes

A Campanha, 13 de abril de 1903, nº 71, ano II
A Campanha, 07 de abril de 1903, nº 71, ano II
A Campanha, 27 de maio de 1903, nº 109, ano II
Gazeta do Povo, 01 de maio de 1913, nº 5, ano I
O Dia. O namoro de ontem, 05 de fevereiro de 1925, nº 31, ano II
O Dia. O namoro de hoje, 08 de fevereiro de 1925, nº 32, ano II
O Martello. A Mulher, 01 de agosto de 1914, nº 38, ano IV
O Martello, Homem, 01 de julho de 1913, n} 25, ano III
Revista Elegante, 31 de julho de 1894, nº 27, ano III
Revista Maranhense. Olhar de mãe, de 12 de março de 1916, nº 1, ano I
Revista Maranhense, 23 de novembro de 1916
Revista Typographica, agosto de 1911, nº 5, ano IV

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. Recife: UFPE, 2002. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1984.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007.

ALVES, Gisele; MATOS, Maria Izilda Santos de. **“A nova mulher” educando as futuras mães**. São Paulo 1850 - 1900. In: Caderno Espaço Feminino, 2006, v.15, nº 18.

ARIAS NETO, José Miguel. **Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol.1.

AZEVEDO, Helena Selma. **Professoras e Escritoras: a possibilidade de profissionalização das mulheres cearenses de classe média no final do século XIX e início do século XX**. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador, REDOR/NEIM/UFBA, 2002.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 - 1940)**. São Paulo: EDUSP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís, Edufma, 2006.

- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta e a Educação Feminina do século XIX**. In: LOBO, Yolanda; FARIA, Lia (orgS.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quarteto/Faperj, 2008
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Campanha da Produção**. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da Sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MEIRELES, Mário. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994.
- MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luís: Edufma, 2003.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600 – 1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RAGO, Margareth. **Descobrimos historicamente o gênero**. *Cadernos Pagu* (11) 1998, p. 89-98.
- _____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 133-183.
- SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)**. Imperatriz: Ética, 2008.
- SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCOTT, Joan. **Prefácio a Gender and Politics of History**. *Cadernos Pagu*: desacordos, desamores e diferenças. Campinas, 1994, nº 3.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, S.O.S CORPO, 1996.
- SCOTT, Joan Walach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)**. Imperatriz: Ética, 2008.
- VIEIRA, Cláudia Andrade. **Mulheres da Elite em Movimentos por Direitos Políticos**. In: *Revista Gênero, Niterói*, v.2, n.1, p.115 – 130, 2 sem.2001.

ZIMBALIST, Michelle. **A mulher, a cultura e a sociedade.** In: LOUISE, Lamphere; ROSALDO, Michelle (org.) A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.